

Cabral exclui do parecer a anistia aos empresários

Silvio Donizzetti

O parecer do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), sobre as emendas do segundo turno, entregues ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, suprimiu integralmente todos os artigos que anistiavam os micro e pequenos empresários e produtores rurais do pagamento da correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado e todas as dívidas e multas referentes a contas tributárias.

Das 1.844 emendas apresentadas para o segundo turno de votação, o deputado Bernardo Cabral deu parecer favorável para 436, acolheu parcialmente 40 e rejeitou 1.236. Além de dar como prejudica-



dos, a curto e médio prazos, muitos problemas dos miseráveis e necessitados deste País", acredita Ulysses.

Ao confirmar o início da votação em segundo turno para a próxima segunda-feira, Ulysses Guimarães anunciou que fará sessões pela manhã e à tarde, a fim de agilizar os trabalhos da Constituinte.

Ele acredita que as sessões terão quórum suficiente para a rápida votação do projeto de Constituição e prevê para o dia 25 de agosto a promulgação da nova Carta.

"Vamos compatibilizar os trabalhos da Constituinte com as campanhas das eleições municipais. Estou certo de que vamos ter quórum suficiente porque o constituinte sabe bem que ele é melhor para o seu candidato, é melhor para o seu partido, porque milhões de pessoas serão beneficiadas por esta Constituição", explicou o deputado.

Polêmicos

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, assegurou que a nova Carta será a melhor de todas as Constituições que o País já teve porque ela é voltada fundamentalmente para o cidadão. Ele confirmou que reunirá amanhã, as lideranças partidárias para discutir os temas polêmicos do texto e na segunda-feira começa a votação em plenário.

"Com esta Constituição não se vai resolver todos os problemas do Brasil, mas com ela vão ser resolvi-

dos, a curto e médio prazos, muitos problemas dos miseráveis e necessitados deste País", acredita Ulysses.

Ao confirmar o início da votação em segundo turno para a próxima segunda-feira, Ulysses Guimarães anunciou que fará sessões pela manhã e à tarde, a fim de agilizar os trabalhos da Constituinte.

Ele acredita que as sessões terão quórum suficiente para a rápida votação do projeto de Constituição e prevê para o dia 25 de agosto a promulgação da nova Carta.

"Vamos compatibilizar os trabalhos da Constituinte com as campanhas das eleições municipais. Estou certo de que vamos ter quórum suficiente porque o constituinte sabe bem que ele é melhor para o seu candidato, é melhor para o seu partido, porque milhões de pessoas serão beneficiadas por esta Constituição", explicou o deputado.

Os pontos prioritários do Governo

Dispositivos considerados pelo governo como "prioritários" para supressão no segundo turno de votações:

- Jornada máxima de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- Direito de greve para o funcionalismo público e serviços essenciais.
- Voto para os maiores de 16 anos.
- As Comissões do Congresso Nacional poderão acompanhar, junto ao Governo, os atos de regulamentação.
- As Comissões do Congresso Nacional poderão acompanhar, junto ao Governo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como sua execução.
- A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho, limitados os recursos das decisões dos tribunais regionais, nos dissídios individuais, aos casos de ofensas a literal dispositivo desta Constituição ou de lei federal.
- Compete aos Estados insti-

tuir adicional de até 5% do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital

- Pertence aos Estados 20% do produto de arrecadação do imposto que a União instituir, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

- Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural (contrato de risco).

- As taxas de juros reais não poderão ser superiores a 12% ao ano.

- É assegurada aposentadoria aos 65 anos de idade para o homem e aos 60 para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos.

- A arrecadação do PIS, a partir da promulgação da Constituição, financiará o programa do seguro-desemprego.

- A revisão constitucional será realizada após cinco anos contados

da promulgação da Constituição.

- É criada uma Comissão de Transição para propor ao Congresso e ao presidente da República medidas legislativas e administrativas necessárias à organização institucional estabelecida na Constituição.

- Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado de Tocantins, e autorizada a União assumir os referidos débitos.

- Para efeito de aposentadoria prevalecerá para o servidor público as normas em vigor na data de sua admissão.

- Os juizes togados adquirem estabilidade no emprego.

- É assegurado aos defensores públicos o direito de opção pela carreira.

- Os delegados de Polícia de carreira ficam equiparados à magistratura.

- Anistia fiscal aos micro e pequenos empresários e produtores rurais.

- Censura a ministros.

Relatoria não influi na votação

Carmen Kozak

A divulgação do parecer do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) às 1.844 emendas apresentadas projeto de Constituição no primeiro turno não tem efeito prático em relação às votações de segundo turno. O parecer da relatoria, no entanto, poderá acelerar alguns acordos de lideranças por refletir, em grande parte, as negociações realizadas na fase anterior.

As mudanças promovidas por Bernardo Cabral no texto aprovado após a análise das emendas dependem, agora, de uma avaliação do Plenário, que, de maneira geral, não acompanhou o relator durante a votação dos pontos mais polêmicos no primeiro turno. Um exemplo

disso foram as votações do mandato do presidente Sarney, do sistema parlamentarista do Governo e da reforma agrária em terras produtivas. Cabral deu parecer favorável a todas essas propostas, que foram derrotadas.

Algumas alterações feitas pela relatoria poderão evitar as discussões.

A exclusão do índice do tabelamento dos juros bancários, o fim da exclusividade de aquisição de bens e serviços de empresas nacionais pelo Estado, e a possibilidade de jornada de trabalho de seis horas para os trabalhos de turnos ininterruptos ou de revezamento, facilitarão o andamento das votações.

As modificações do relator

● "Trem da alegria"

Fica mantido integralmente um dos maiores "trens da alegria" do funcionalismo público: a efetivação de todos que estiverem ocupando função (não de confiança) em qualquer órgão do Executivo, Legislativo e Judiciário há mais de cinco anos.

● Eleições em dois turnos

Ficam mantidas integralmente as eleições em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil habitantes.

● Licença-paternidade

Permanece o princípio, mas a duração da licença paternidade de foi remetida para a legislação ordinária.

● Voto aos 16 anos

Mantido integralmente. Em contrapartida foi retirado do capítulo dos Menores o dispositivo que prevê a inimputabilidade criminal dos menores de 18 anos, prevendo apenas o que está assegurado atualmente no Código Penal.

● Autonomia do DF

O sucessor do presidente José Sarney poderá nomear um governador para ocupar o Palácio do Buriti no período de 30 de março de 1990 a 1º de janeiro de 1991. Quando assume o primeiro governador eleito.

● Direito de greve

Foram rejeitadas todas as emendas que alteravam o direito de greve dos servidores públicos — a ser regulamentado em lei — e nos serviços essenciais.

● Ordem de prisão

Foi suprimida a exigência de "ordem judicial" para a prisão de qualquer cidadão. Se aprovado em plenário, isso significa que a ordem de prisão poderá continuar sendo expedida por qualquer autoridade policial.

● Contrato de risco e monopólio do petróleo

Fica inalterada a proibição aos contratos de risco para a exploração e pesquisa de petróleo, que passa a ser monopólio da União.

● Anistia fiscal e financeira

Foram suprimidos integralmente os artigos que anistiavam os micro e pequenos empresários e produtores rurais do pagamento da correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado e todas as dívidas e multas referentes a contas tributárias.

● Reforma agrária

No que depender da relatoria a Reforma Agrária será ampliada. Nesse sentido foi suprimido o inciso que exclui as terras produtivas do programa.

● Imprescritibilidade das ações rurais

As ações trabalhistas dos trabalhadores rurais continuam imprescritíveis. Isso significa que o trabalhador poderá recorrer à Justiça — até dois anos após a rescisão contratual — para reclamar todos os seus direitos lesados durante a vigência do contrato.

● Moção de censura

Suprimido totalmente o dispositivo que estabelece a moção de censura aos ministros de Estado (exceto os militares) sob a apreciação de 2/3 da Câmara dos Deputados.

● Tabelamento dos juros

Fica mantido apenas o princípio do tabelamento dos juros. A regulamentação é remetida para a legislação complementar, não existindo prazo constitucional para a sua elaboração.

● Jornada de seis horas

Foi suprimido o termo "máximo" do artigo que estipula a jornada de seis horas para os trabalhos ininterruptos e de revezamento. Assim, não fica vedado constitucionalmente acordo coletivo com jornada de oito horas.

● Previdência privada

A previdência privada poderá receber incentivos do Estado, com a supressão do artigo que vedava essa prática.

● Aquisição de bens e serviços

As empresas de capital nacional perdem a preferência junto ao Estado para a aquisição de bens e serviços. O Estado poderá adquirir bens e serviços de todas as empresas brasileiras (de capital nacional ou estrangeiro).

● Estatização do sangue

A relatoria acaba com a estatização e fim do comércio dos derivados do sangue. Continua, no entanto, sendo competência exclusiva da União a coleta, processamento e produção de sangue.

● Mineração

A exploração mineral continua sendo exclusividade das empresas brasileiras de capital nacional.



Ulysses crê que a Carta resolverá o problema dos miseráveis

Ulysses poderá ser reeleito para Mesa

O relator Bernardo Cabral deu, ontem, parecer favorável à proposta que permite a reeleição para os cargos dirigentes do Poder Legislativo. Caso seja aprovada no segundo turno da Constituinte, sua principal consequência será a candidatura do deputado Ulysses Guimarães a mais um mandato de presidente da Câmara, condição que lhe permitiria continuar também como vice-presidente da República. O Palácio do Planalto apóia a proposta desde o acordo tácito entre Ulysses e o presidente José Sarney, que envolveu também o mandato presidencial de cinco anos e a permanência de Renato Archer no Ministério. O Governo, usará seu cacife na Constituinte para a sua aprovação.

A proposta, porém, enfrentará sérias dificuldades para ser aprovada: os partidos de oposição de uma maneira geral não têm interesse em garantir a reeleição de Ulysses. O próprio PFL, que é governista, está dividido. O líder do partido na Constituinte, deputado José Lourenço, é contra, mas poderá mudar de posição em atendimento a um pedido de Sarney. A cúpula do PMDB é a favor. Mas o obstáculo maior está entre os candidatos: três deles — Paes de Andrade (CE), Roberto Cardoso Alves (SP) e Paulo Mincaron (RS) — estão trabalhando ativamente nos

bastidores contra a emenda. O quarto candidato — Bernardo Cabral — alegando uma questão ética, deu parecer a favor.

Ulysses Guimarães não esconde a sua expectativa de que a emenda venha a ser aprovada e até faz planos para sua próxima eleição como presidente da Câmara. No domingo passado, porém, não participou de sua discussão com o relator da Constituinte, também alegando uma questão ética.

Apoio militar

Os ministros militares defendem a reeleição de Ulysses por uma questão de estabilidade do Governo: na avaliação deles, Ulysses tem-se saído bem todas as vezes que substituiu internamente a Sarney. Eles consideram, por isto, que não há vantagem alguma em substituir o certo pelo duvidoso com a eventual eleição de um presidente da Câmara que não tenha deles a mesma confiança.

A alternativa para a questão da vice-presidência da República seria a eleição indireta pelo Congresso Nacional de Ulysses para o cargo. Mas o próprio Ulysses, que deseja no ano que vem disputar pelo voto direto a Presidência da República, não admite ser escolhido, agora, pelo voto indireto. Para quem já foi chamado de "senhor diretas", uma indicação biônica seria ruim política e eleitoralmente.

Justiça antecipa os projetos

O atual projeto da nova Constituição exigirá, no mínimo, 163 projetos de lei complementares. Para evitar que haja um vácuo prolongado de ordem legal, o Ministério da Justiça já deflagrou o processo de elaboração dos projetos de lei respectivos.

A informação foi prestada ontem pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, segundo o qual a responsabilidade pela elaboração da maior parte dessas leis cabe, sem dúvida, ao seu ministério, em especial aquelas que tratam dos direitos civis e da segurança dos cidadãos.

Relato da operação

A propósito, o ministro da Justiça esteve ontem no Palácio do Planalto para relatar ao presidente José Sarney, os resultados da Operação Policial Mosaico II, que resultou na prisão de 128 pessoas e na morte de 8 outras consideradas todos envolvidas ou suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas

no Rio de Janeiro.

Paulo Brossard negou-se a apoiar as teses que acusam a polícia de "excesso", observando que "os policiais agiram no estrito cumprimento do dever".

Informou ele que a operação foi planejada há mais de dois meses, e que contou com o total apoio da polícia do Rio de Janeiro. O ministro não comentou o envolvimento de policiais com as quadrilhas de traficantes.

O ministro comentou ainda sobre as dificuldades que a polícia tem para prender os "delinquentes", tendo em vista a existência de um número enorme de leis, as quais terminam beneficiando os contraventores. Diz ele que está concluindo um Código de Segurança e que deverá ter um conjunto de leis mais exuto e que responda com mais eficiência pela proteção dos cidadãos. Segundo Brossard, "a delinquência é um problema sem solução ainda visível".

Procuradoria ameaçada de perder poder

A Procuradoria-Geral da República perderá cerca de 70% de suas atribuições caso a Constituinte, na votação em segundo turno, confirme o que aprovou no primeiro em relação ao Ministério Público Federal. A mudança que mais irritou os procuradores foi a transferência para a Advocacia Geral da União, um novo organismo que sucederá a Consultoria Geral da República, da atribuição de representar judicialmente os interesses da União.

Isso representará o fortalecimento abusivo da administração pública, em detrimento da instituição (a Procuradoria Geral) incumbida da defesa da sociedade e do patrimônio nacional, no respeito à Constituição e às leis — adverte o procurador Alvaro Augusto Ribeiro Costa, coordenador de uma comissão designada pelo procurador-geral, José Paulo Sepúlveda Pertence, para acompanhar os trabalhos da Assembleia Constituinte.

Na opinião de Ribeiro Costa, prevaleceu, no espírito dos constituintes, o lobby dos procuradores de São Paulo, onde a organização do Ministério Público favorece essa divisão de atribuições. Posteriormente, boa parte dos senadores e deputados se convenceu de que a defesa judicial da União ficaria sujeita às pressões do Executivo caso permanecesse nas mãos da Procuradoria.

Contradição

Trata-se, segundo Ribeiro Costa, de argumento «contraditório». Pois enquanto a Procuradoria pauta sua conduta pelos termos das leis que definem suas atribuições, a Advocacia Geral da União, a exemplo do que já ocorre com a Consultoria Geral da República, estará subordinada diretamente ao governo. Confundem-se dessa maneira «os interesses permanentes» da Nação com «os interesses contingentes», o episódio com o essencial.

Caso a Constituinte confirme sua decisão, a Procuradoria Geral também teme que o déficit público seja agravado, pois a Advocacia Geral da União terá de ser estruturada em âmbito nacional, nas capitais e no interior.

Planalto vai avaliar custo da nova Carta

O presidente José Sarney reúne hoje, às 10h30, no Palácio da Alvorada, dez ministros de Estado — inclusive os da área econômica — para calcular o preço que o Governo vai pagar se prevalecer o texto constitucional aprovado no primeiro turno das votações na Constituinte. Calculando por baixo, o Governo estima uma soma de Cz\$ 1, trilhão para custear benefícios, vantagens e anistias, segundo informou o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), após participar da reunião das lideranças governistas realizada ontem com o Presidente.

A intenção do Governo, acrescentou o senador, é utilizar a mesma estratégia que apresentou resultados quando esteve em jogo a duração do mandato presidencial.

Logo após a reunião das lideranças — a mais longa das últimas semanas, com quatro horas de duração —, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, tratou de fazer a convocação, por telefone, dos seguintes ministros: Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Borges da Silveira, da Saúde; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Hugo Napoleão, da Educação; Iris Rezende, da Agricultura; João Batista de Azevedo, do Planejamento.

Os ministros João Alves Filho, do Interior, e Mailson da Nóbrega, da Fazenda, não estarão na reunião convocada pelo presidente Sarney. Ambos estão no exterior. Irá ao Planalto o ministro interino da Fazenda, Paulo Ximenes. O interino do Interior não vai a reunião porque estará em Alagoas.



Carlos Sant'Anna vê obstáculo

Sem acordo, nada muda no 2º turno

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, admitiu ontem que o Palácio do Planalto não tem condições de mudar, no segundo turno, nenhum dispositivo da nova Constituição sem um amplo acordo entre o PMDB e PFL. Segundo Sant'Anna, o projeto de Constituição como está «tem a feição das esquerdas e torna o País ingovernável», mas reconhece que será difícil modificá-lo em virtude das campanhas municipais, que pelos cálculos do Governo irão retirar do plenário pelo menos 120 constituintes.

Preocupado com o impacto que os cofres da União sofrerão com a manutenção de um conjunto de vantagens e benefícios embutidos no projeto, o presidente José Sarney, ontem, durante reunião com líderes do Governo na Constituinte, exigiu um minucioso relatório de custos do Governo com a nova Carta a técnicos do Ministério da Fazenda e Previdência Social. Sarney, de posse deste número, pretende, hoje, convencer os líderes do PMDB e PFL para a necessidade do acordo e consequente supressão de 23 pontos do texto que o Governo qualificou «prioritários». Entre estes, aparecem a anistia fiscal, o tabelamento dos juros, a redução da aposentadoria no campo, a jornada de seis horas de trabalho e a destinação de 5% do Imposto de Renda para os Estados.

Obstáculo

«A maior preocupação do Governo é com a governabilidade e com o impacto de decisões da Constituinte no erário público», comentou Sant'Anna, apesar de reconhecer que o quórum também representará um obstáculo nas pretensões do Governo. Na avaliação do Planalto, segundo pesquisa do deputado Basílio Villani (PMDB/PR), 121 constituintes são candidatos nas eleições municipais, além de uma média de 60 gazeteiros e 30 impedidos (doenças, viagens), restando uma projeção de frequência média para o segundo turno de 350 parlamentares. «Nenhuma corrente terá 280 votos; ou um ponto sai por acordo ou o texto permanece tal como está, mais na feição da esquerda do que no interesse do Governo», completou Sant'Anna.

O líder do PFL, senador Marcondes Gadelha, ao contrário de Sant'Anna que revelou 23 pontos, apresentou uma lista contendo 38 tópicos que o Governo lutará para ver suprimidos do projeto de Constituição. Estão incluídos, entre outros, a licença paternidade, definição de empresa nacional, direito de greve e sindicalização dos servidores públicos e a estatização da distribuição de gás.